



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO
CORREGEDORIA-REGIONAL
PJeCor n.º CorOrd 0000148-85.2022.2.00.0512

ATA DA 3ª CORREIÇÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NOS DIAS 25 A 27 DE OUTUBRO DE 2022, NO CENTRO JUDICIÁRIO DIGITAL DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS E 5ª NO SETOR DE APOIO À GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FORO E DA CENTRAL DE MANDADOS DE SÃO JOSÉ-SC

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois, o Excelentíssimo Desembargador do Trabalho-Corregedor Regional Nivaldo Stankiewicz, realizou a correição ordinária na modalidade presencial no Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Disputas e no Setor de Apoio à Gestão Administrativa do Foro Trabalhista e da Central de Mandados de São José-SC, conforme o Edital CR n.º 12/2022, disponibilizado no DEJT em 29-9-2022, bem como encaminhado ao Ministério Público do Trabalho e às Subseções da OAB de São José-SC e Biguaçu-SC

A Exma. Juíza do Trabalho Miriam Maria D'Agostini é a Diretora do Foro, e também é a Supervisora do CEJUSC, e o Exmo. Juiz do Trabalho Jony Carlo Poeta é o Coordenador do CEJUSC.

1 DADOS DO CEJUSC

No âmbito deste Regional, a criação e as diretrizes gerais de funcionamento dos CEJUSCs são disciplinadas pela Portaria Conjunta SEAP/GVP/SECOR n.º 139/2022.

Conforme estabelecido no art. 9º da Portaria acima referida, os CEJUSC-JT1º GRAU “são responsáveis pelo desenvolvimento dos métodos consensuais de solução de disputas em processos que tramitam em qualquer fase processual no primeiro grau de jurisdição, nas unidades judiciárias integrantes de sua área de atuação”.

O CEJUSC de São José-SC foi inaugurado em 25 de maio de 2018, e instaurado pela Portaria Conjunta n.º 1/2018, do Foro Trabalhista de São José. Atualmente é coordenado pelo Exmo. Juiz do Trabalho Jony Carlo Poeta, e conta com um Diretor do CEJUSC, conforme quadro abaixo:

Servidor	Cargo	Função	Exercício na lotação
Carlos Eduardo Rosa Fernandes	AJ	Diretor de CEJUSC CJ-01	17-9-2018

Fonte: <https://portal.trt12.jus.br/centrosconciliacao>

De acordo com o § 2º do art. 9º da Portaria Conjunta SEAP/GVP/SECOR n.º 139/2022, “É automática a adesão ao CEJUSC-JT-1º Grau de todas as unidades judiciárias da área de atuação do respectivo Centro, sendo facultada às Varas a remessa de processos aos Centros de Conciliação”.

2 AUDIÊNCIAS

Conforme informações do Diretor do CEJUSC, a pauta de audiências é organizada da seguinte forma: “No mínimo 8 pautas por mês. Em regra, todas as terças e quintas, pela manhã, a partir das 9h. Em torno de 20 processos por pauta”.

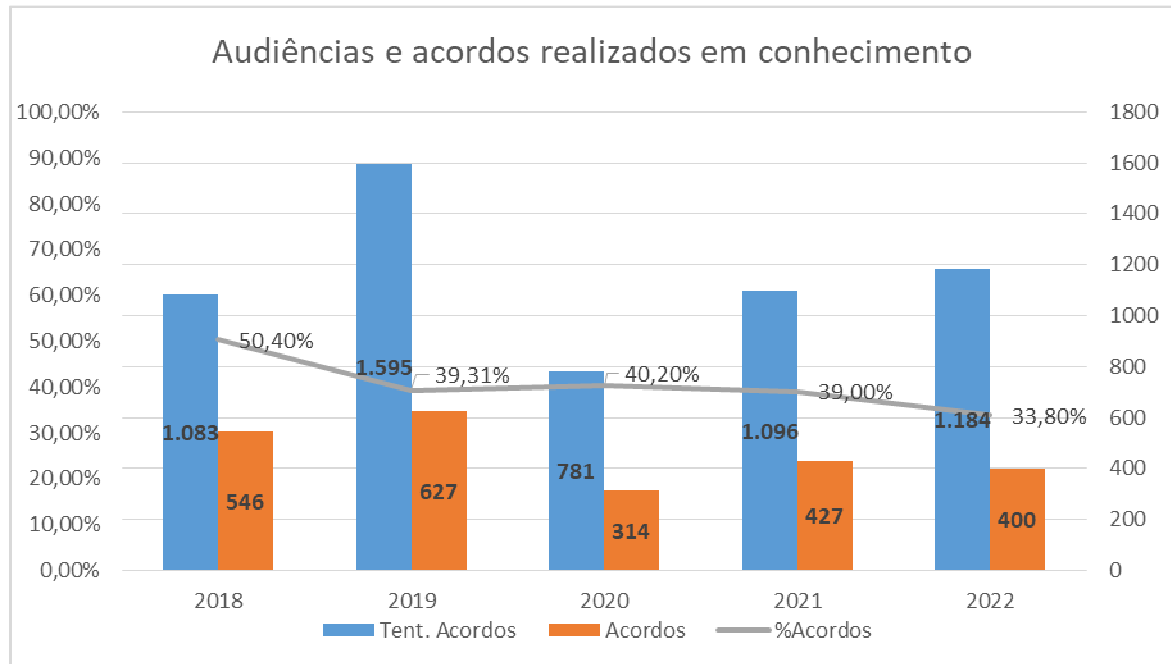
Verifica-se em 10-10-2022, que as audiências estão sendo designadas para 57 dias, ou seja, para o dia 6-12-2022.

3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

Os quadros estatísticos apresentam dados do CEJUSC de São José-SC, em comparação com os demais do Estado, nas fases de conhecimento, liquidação e execução, e valores pagos e arrecadados referentes ao período de janeiro a setembro de 2022. São apresentados também gráficos evolutivos do CEJUSC de São José-SC.

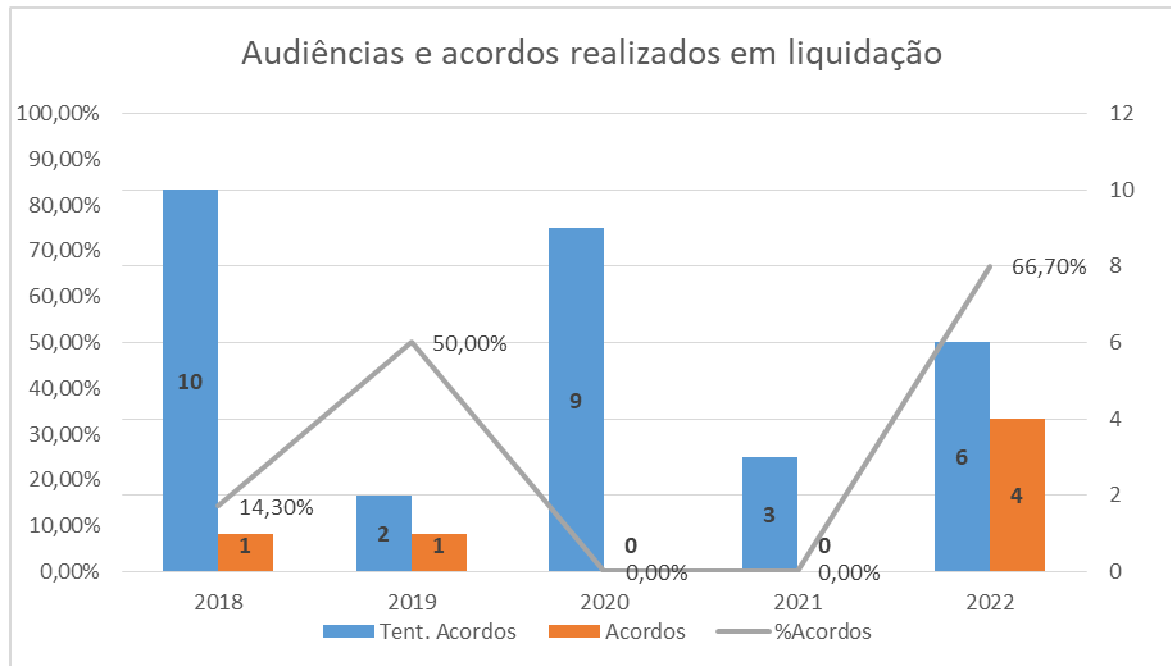
3.1 Fase de conhecimento

CEJUSC	Casos novos da VT no período	Processos recebidos no período	Nº de audiências realizadas no período	Devolvidos à origem				
				Impossibilidade de acordo		Com tentativa de acordo		
				Ausência das partes	Outras situações	Conciliados	Não conciliados	% conciliado
Balneário Camboriú	3039	1906	1560	290	174	566	683	45,3%
Blumenau	2333	1380	1301	284	55	329	494	40,0%
Brusque	1289	457	452	41	35	218	159	57,80%
Chapecó	5290	818	790	12	81	370	361	50,60%
Criciúma	2684	1238	1419	110	187	477	722	39,8%
Florianópolis	4608	2190	2665	269	125	599	1278	31,9%
Itajaí	3240	1282	1264	155	103	354	662	34,8%
Jaraguá do Sul	2998	1133	1104	53	66	250	604	29,3%
Joinville	5328	3294	2958	413	224	790	1696	31,8%
Lages	2738	715	777	170	27	344	260	57,0%
Meio Oeste	2510	383	312	26	32	103	178	36,70%
Rio do Sul	1899	897	878	55	52	272	405	40,20%
São José	2865	1462	1299	136	122	400	784	33,80%
Tubarão	1500	861	652	72	75	138	500	21,60%
TOTAL	42321	18016	17431	2086	1358	5210	8786	37,2%



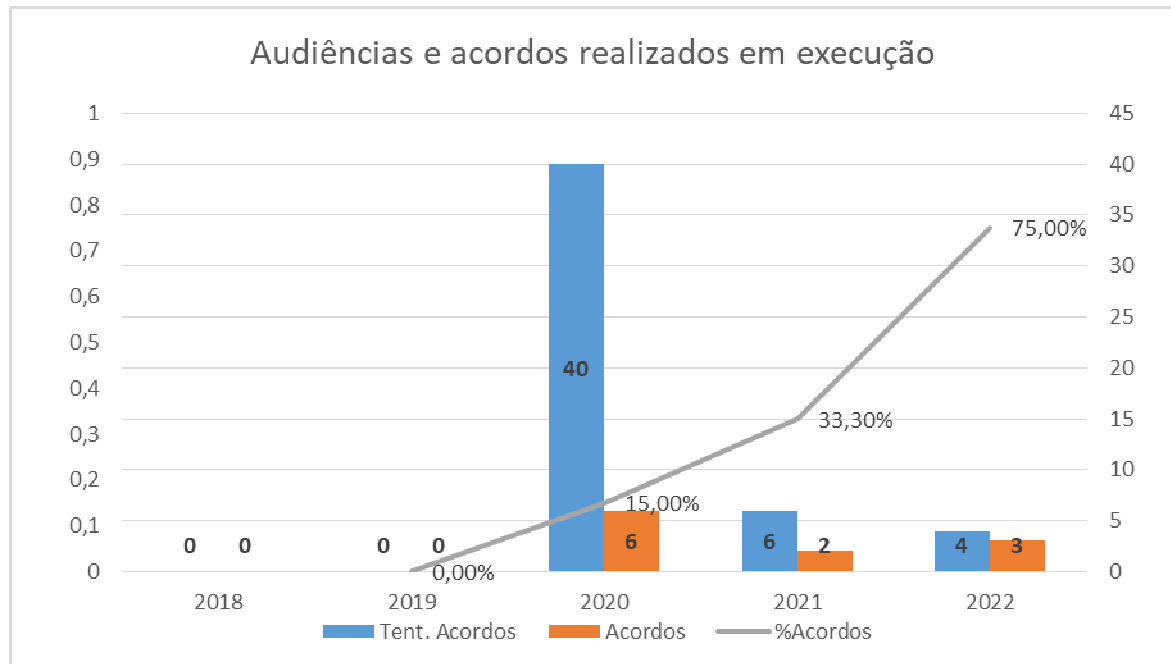
3.2 Fase de liquidação

CEJUSC	Processos recebidos no período	Nº de audiências realizadas no período	Devolvidos à origem				
			Impossibilidade de acordo		Com tentativa de acordo		
			Ausência das partes	Outras situações	Conciliados	Não conciliados	% conciliado
Balneário Camboriú	41	28	0	0	19	2	90,50%
Blumenau	100	80	0	0	27	28	49,1%
Brusque	113	100	18	0	32	25	56,10%
Chapecó	4	2	0	0	1	1	50,00%
Criciúma	29	37	0	0	16	10	61,5%
Florianópolis	35	34	0	1	12	6	66,70%
Itajaí	2	0	0	0	0	0	-
Jaraguá do Sul	5	2	0	0	1	1	50,00%
Joinville	40	28	0	0	15	11	57,7%
Lages	17	14	0	0	13	2	86,70%
Meio Oeste	3	2	0	0	2	0	100,00%
Rio do Sul	9	10	0	0	6	4	60,00%
São José	8	13	0	0	4	2	66,70%
Tubarão	6	5	0	0	0	5	0,00%
TOTAL	412	355	18	1	148	97	60,4%



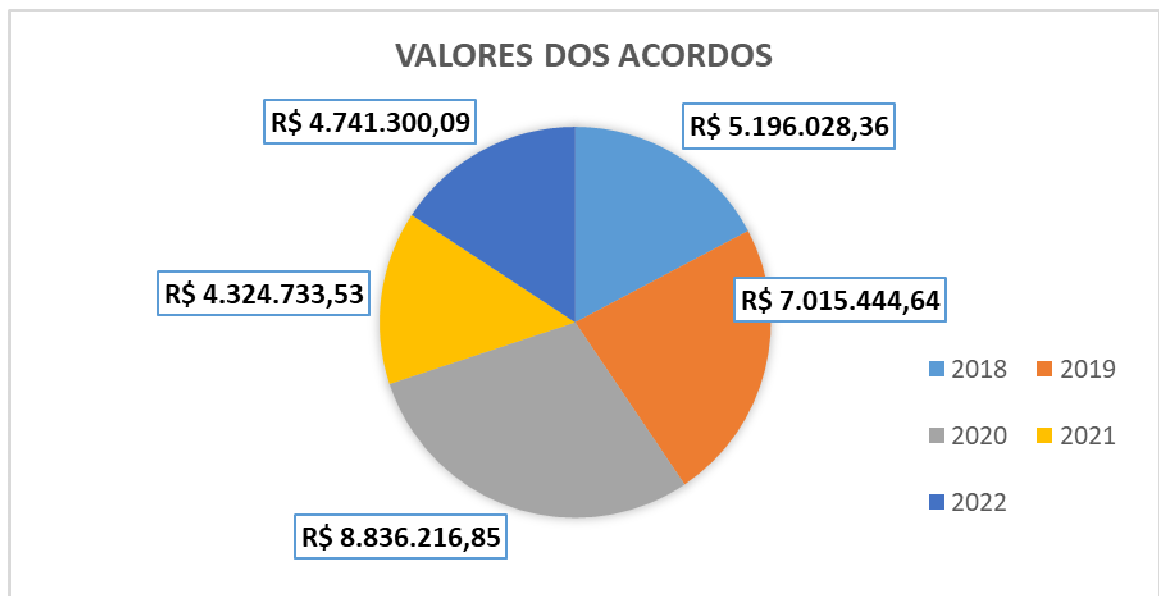
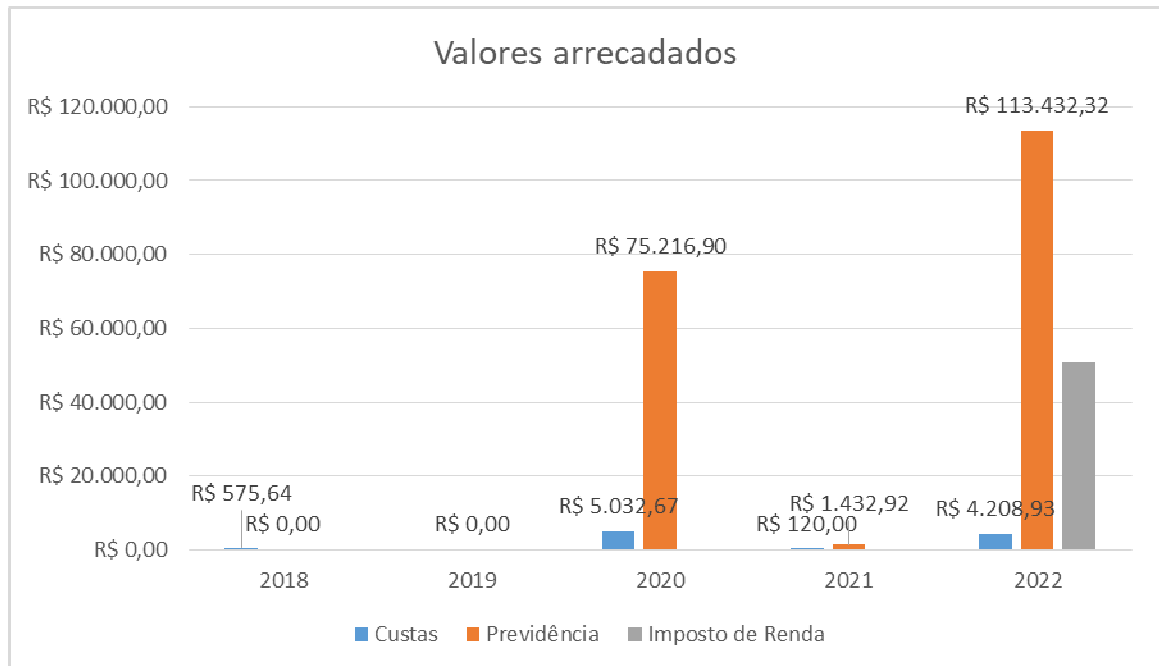
3.3 Fase de execução

CEJUSC	Processos recebidos no período	Nº de audiências realizadas no período	Devolvidos à origem				
			Impossibilidade de acordo		Com tentativa de acordo		
			Ausência das partes	Outras situações	Conciliados	Não conciliados	% conciliado
Balneário Camboriú	129	140	11	1	106	8	93,00%
Blumenau	301	255	127	10	119	105	53,1%
Brusque	98	87	11	3	47	36	56,60%
Chapecó	27	2	0	0	1	11	8,30%
Criciúma	266	273	13	10	170	82	67,50%
Florianópolis	105	90	0	1	27	59	31,40%
Itajaí	5	1	0	0	1	1	50,00%
Jaraguá do Sul	33	26	0	0	20	19	51,30%
Joinville	407	312	50	10	174	185	48,5%
Lages	95	96	33	1	55	18	75,30%
Meio Oeste	14	10	1	1	4	3	57,10%
Rio do Sul	138	139	63	11	48	74	39,30%
São José	9	15	5	0	3	1	75,00%
Tubarão	61	48	12	1	13	29	31,00%
TOTAL	1688	1494	326	49	788	631	55,5%



3.4 Valores

CEJUSC	Acordos realizados	Custas	Previdência	Imposto de Renda
Balneário Camboriú	R\$ 4.463.779,29	R\$ 70,00	R\$ 86.702,73	R\$ 639,64
Blumenau	R\$ 7.252.470,39	R\$ 17.573,89	R\$ 1.745.000,93	R\$ 3.294.688,74
Brusque	R\$ 6.744.958,05	R\$ 33.564,46	R\$ 211.297,79	R\$ 182.185,40
Chapecó	R\$ 4.619.515,95	R\$ 70.196,12	R\$ 3.352,46	R\$ 343,66
Criciúma	R\$ 32.108.232,17	R\$ 34.784,79	R\$10.131.861,59	R\$ 22.828.442,90
Florianópolis	R\$ 14.209.750,38	R\$ 416,40	R\$ 223.499,75	R\$ 231.829,96
Itajaí	R\$ 2.435.732,84	R\$ 7.430,41	R\$ 81.252,00	R\$ 97.982,76
Jaraguá do Sul	R\$ 4.529.674,10	R\$ 5.153,95	R\$ 1.237.572,15	R\$ 2.966.666,10
Joinville	R\$ 16.808.283,48	R\$ 26.163,69	R\$ 642.896,96	R\$ 27.919,36
Lages	R\$ 5.151.280,42	R\$ 1.848,00	R\$ 28.380,38	R\$ 38.422,41
Meio Oeste	R\$ 1.411.550,79	R\$ 0,00	R\$ 150.854,24	R\$ 0,00
Rio do Sul	R\$ 6.718.222,26	R\$ 3.287,33	R\$ 511.593,98	R\$ 76.844,82
São José	R\$ 4.741.300,09	R\$ 4.208,93	R\$ 113.432,32	R\$ 50.670,96
Tubarão	R\$ 1.693.835,25	R\$ 0,00	R\$ 44.348,47	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 112.888.585,46	R\$204.697,97	R\$15.212.045,75	R\$ 29.796.636,71



4 DETERMINAÇÕES E/OU RECOMENDAÇÕES

a) Recomenda-se que sempre se solicite previamente a juntada de carta de preposto ou documento de representação, que autorize o preposto a firmar acordo em nome da empresa ou condicione a homologação das condições da transação entabuladas em audiência à regular juntada dos instrumentos de representação processual e da empresa.

b) Atentar para o correto preenchimento de todas as informações referentes aos acordos no PJe, como datas de vencimentos, valores de todas as parcelas, inclusive honorários periciais, INSS, custas, dentre outras, para que as estatísticas de valores pagos e arrecadados sejam corretamente informadas ao e-

Gestão.

c) Atentar para o disposto no art. 6º, §§ 1º e 1º-A, da Resolução CSJT nº 174/2016, que dispõe que é indispensável a presença do advogado do autor nas audiências realizadas no CEJUSC, caso constituído, bem como, no caso de *jus postulandi*, que a audiência seja supervisionada pessoalmente pelo magistrado, que deverá estar presente fisicamente durante toda a negociação. Determinar que, no caso de termo de conciliação lavrado no CEJUSC na ausência de qualquer das partes e de seus advogados, e homologado sem a assinatura de pelo menos um deles, seja a parte intimada a juntar no PJe manifestação no sentido de ratificar os termos do acordo.

SETOR DE APOIO À GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FORO E DA CENTRAL DE MANDADOS

5 SERVIDORES

(fonte: SGP)

Servidor	Cargo	Função	Exercício na lotação
Amauri Ramos da Silva	TJ	Assistente Chefe de Setor FC-04	20-5-2011
Elizette Jackowski	AJ	Oficial de Justiça Avaliador Federal	17-6-2015
Larisse Costa Giacomini	AJ	Oficial de Justiça Avaliador Federal	13-3-2019
Romulo Bacha Borges	AJ	Oficial de Justiça Avaliador Federal	2-4-2018
Rute de Lima	TJ		17-10-2022
Sodré Murilo Virgilio	AJ	Oficial de Justiça Avaliador Federal	31-5-2005
Total de servidores (inclui 4 Oficiais de Justiça):			6
A Resolução CNJ nº 219/2016 não prevê lotação paradigma para os SEGECEM. Em relação à lotação dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais, considerando o disposto na resolução nº 219 do Conselho Nacional de Justiça e expediente de PROAD n.º 4429/2016, a unidade está com <i>déficit</i> de 2 servidores.			

Legenda: Analista Judiciário – AJ; Técnico Judiciário – TJ.

6 PRODUTIVIDADE E PRAZOS DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA AVALIADORES

Os dados de produtividade e prazos apresentados do ano de 2022, à exceção dos itens 7.1 e 7.2, cuja consulta e relatório datam de 5-10-2022, referem-se ao acumulado até o mês de setembro, conforme mapas estatísticos dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais, disponibilizados pela Coordenadoria de Estatística e Pesquisa - CESTP.

Conforme consta no Relatório de Estatísticas do CESTP, observa-se que não informaram dados, o Oficial de Justiça Romulo Bacha Furtado Borges não informou dados nos meses de abril a agosto de 2022.

6.1 Registro de mandados pendentes de distribuição no PJe

(fonte: PJe)

Conforme verificado no PJe em 5-10-2022, encontravam-se pendentes de distribuição para os Oficiais de Justiça 78 mandados. O mais antigo está pendente desde 29-9-2022.

6.2 Registro de mandados com Oficiais de Justiça

(fonte: SAP1 e PJe)

Oficial de Justiça	Quantidade mandados	No prazo	Prazo excedido
Elizette Jackowski	46	46	0
Larisse Costa Giacomini	39	28	11
Romulo Bacha Borges	46	36	10
Sodré Murilo Virgílio	23	23	0
Total	154	133	21

6.3 Diligências realizadas e mandados cumpridos por ano

(fonte: Publicação CESTP)

Ano	Diligências positivas	Diligências negativas	Total diligências	Mandados cumpridos
2021	1.818	1.308	3.126	2.368
2022	1.706	1.360	3.066	2.404

6.4 Diligências realizadas em 2022

(fonte: Publicação CESTP)

Oficial de Justiça	Quantidade de diligências realizadas
Elizette Jackowski	1.031
Larisse Costa Giacomini	704
Renato Cabral*	69
Romulo Bacha Furtado Borges	326
Sodré Murilo Virgílio	936
Média de diligências por OJ da 12ª Região	551

*Observação: O Oficial de Justiça Renato Cabral aposentou-se em 6-7-2022.

6.5 Prazo Médio para Cumprimento dos Mandados em 2022

(fonte: Publicação CESTP)

Oficial de Justiça	Prazo médio
Elizette Jackowski	10,26
Larisse Costa Giacomini	7,64
Renato Cabral*	10,25
Romulo Bacha Furtado Borges	14,22
Sodré Murilo Virgílio	7,88
Prazo Médio dos OJs da 12ª Região	12,02

*Observação: O Oficial de Justiça Renato Cabral aposentou-se em 6-7-2022.

7 DETERMINAÇÕES GERAIS AOS OFICIAIS DE JUSTIÇA AVALIADORES FEDERAIS

a) investigar, quando do cumprimento do seu encargo, o interesse do executado acerca da conciliação, noticiando o fato nos autos, sem prejuízo do cumprimento integral da diligência a ele atribuída, conforme art. 88 da Consolidação dos Provimentos desta Corregedoria-Regional;

b) a observância do prazo previsto para o envio dos Boletins Estatísticos, disposto na Portaria SEAP/CR n.º 160/2016.

8 AUDIÊNCIA COM OS ADVOGADOS

O Exmo. Desembargador do Trabalho-Corregedor Regional esteve à disposição dos advogados, partes e demais jurisdicionados, entretanto, não houve comparecimento de interessados no horário designado.

9 ENCERRAMENTO

Aos vinte e sete dias do mês de outubro de dois mil e vinte e dois foi encerrada a correição ordinária. A presente ata foi disponibilizada no PJeCor n.º CorOrd 0000148-85.2022.2.00.0512.

Os(As) Exmos.(as) Juízes(as) do Trabalho Coordenador do CEJUSC e Diretor(a) do Foro possuem o prazo comum de 10 (dez) dias corridos, para solicitar a retificação da ata, contados a partir da ciência dada por qualquer procurador/gestor da Unidade no PJeCor ou automaticamente pelo sistema.

Esta ata vai assinada eletronicamente pelo Exmo. Desembargador do Trabalho-Corregedor Regional Nivaldo Stankiewicz, e por mim, Gelson Afonso Binotto, Secretário da Corregedoria, que a lavrei.

Equipe da Corregedoria: Gelson Afonso Binotto, Geison Alfredo Arisi e Zélio dos Santos, em trânsito, e Jamile Cury Cecato de Carvalho, Eduardo de Miranda Ribeiro Quintiere, Elise Haas de Abreu, Iran Edson de Castro, Karime Gonzaga Espindola Luz Trincado Hevia, Roberto Ortiz e Suzi Gonçalves da Silva Silveira, que integram a equipe fixa desta Corregedoria.

NIVALDO STANKIEWICZ

Desembargador do Trabalho-Corregedor Regional

GELSON AFONSO BINOTTO

Secretário da Corregedoria